

Resumo

Fórum:
Governança, Sistemas de Verificação
da Legalidade e Competitividade do
Setor Florestal na
América Latina
septiembre 30 al 3 de octubre de 2014
Quito - Ecuador



Projecto financiado pela
União Europeia

Evento organizado por:

TRAFFIC
the wildlife trade monitoring network



Evento suportado por:



Evento promovido por:



Ministerio
del Ambiente
**WORLD
RESOURCES
INSTITUTE**

Publicação finandada pela:



Embajada Británica
Quito

Publicado pela TRAFFIC Internacional, Cambridge, Reino Unido e TRAFFIC América do Sul, Quito, Equador

© 2014 TRAFFIC International.

Todos os direitos reservados.

Todo o material que aparece nesta publicação tem direitos autorais assegurados e pode ser reproduzido com autorização. Qualquer reprodução total ou parcial desta publicação deve ser acreditada à TRAFFIC Internacional como a proprietária do direito autoral.

As opiniões dos autores expressadas nesta publicação não refletem necessariamente os da rede WWF - TRAFFIC ou da UICN.

Nesta publicação, a designação de entidades geográficas e a apresentação de materiais, não implicam na expressão de nenhuma opinião por parte da TRAFFIC ou suas organizações de apoio sobre a condição jurídica de nenhum país, território ou área, ou sobre suas autoridades, ou com respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites.

Este informe foi elaborado de maneira responsável e cuidadosa, mas renuncia a toda garantia, expressa ou implícita, quanto à exatidão das informações.

O direito autoral do símbolo da TRAFFIC e a propriedade de sua marca registrada pertencem à WWF. TRAFFIC é uma aliança estratégica da WWF e da UICN.

Citação sugerida: Resumo Fórum Governança, Sistemas de Verificação da Legalidade e Competitividade do Setor Florestal na América Latina (2014). TRAFFIC. Cambridge.

ISBN: 978-1-85850-379-0

TRAFFIC é uma organização beneficente registrada no Reino Unido sob o No.1076722 e uma empresa limitada registrada no Reino Unido sob o No. 3785518.

Elaboração do documento:

Nhaydú Bohórquez; Didier Devers; Daphne Hewitt; Guillermo Navarro e Ruth Nogueroón.

Anotações durante a reunião e desenvolvimento preliminar das mensagens-chave:

Juan Dumas e Michelle Leppert da Fundación Futuro Latinoamericano -FFLA.

Fotografia da capa: Rio Negro Forest Reserve, Amazonas, Brazil © Michel Roggo / WWF-Canon

Diagramación: MANTHRA, Comunicación Integral y Producción Editorial

Esta publicação pretende compilar o diálogo e as discussões realizadas por diferentes grupos de interesse que participaram no Fórum Governança, Sistemas de Verificação da Legalidade e Competitividade do Setor Florestal na América Latina. O fórum foi organizado por TRAFFIC, EU FLEGT Facility, Programa UE FAO FLEGT, Escritório Regional da UICN para o México, América Central e Caribe (ORMACC), Instituto Mundial de Recursos (WRI), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN Sul), Ministério do Meio ambiente do Equador e COMAFORS (Corporación de Manejo Forestal Sustentable do Equador). Reunião realizada em Quito-Ecuador de 30 de setembro a 2 de outubro de 2014.

O conteúdo deste documento não é de responsabilidade exclusiva das entidades organizadoras do Fórum, nem reflete necessariamente a posição dos organizadores. O Fórum e este documento foram realizados com a cooperação econômica da União Europeia.



Esta publicação foi realizada com a ajuda financeira da União Europeia. Os conteúdos deste documento são da exclusiva responsabilidade da TRAFFIC Internacional e em nenhum caso se deve considerar que reflitam a posição da União Europeia.



Embajada Británica
Quito

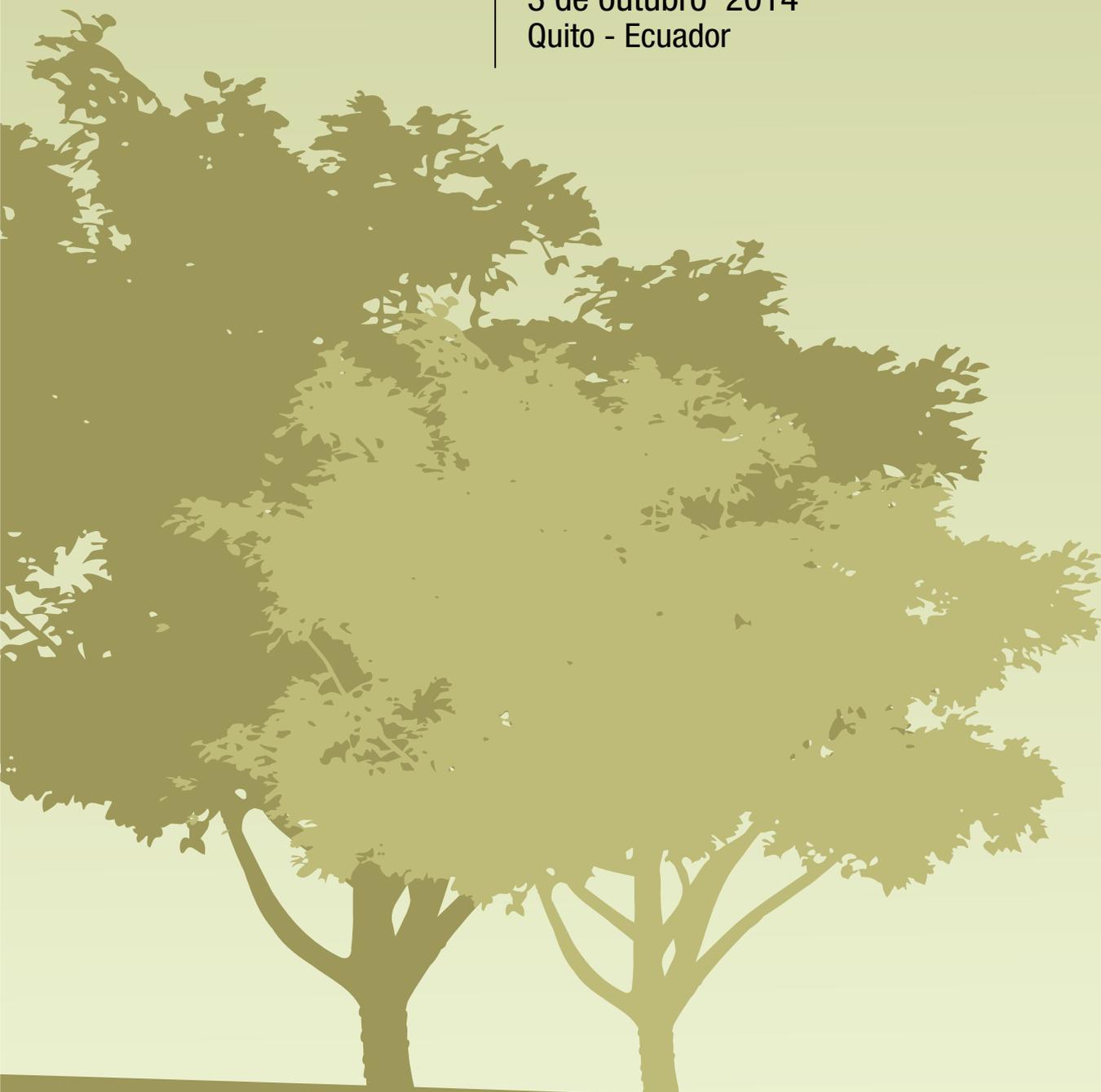
Esta publicação foi realizada com a ajuda financeira da União Europeia. Os conteúdos deste documento são da exclusiva responsabilidade da TRAFFIC Internacional e em nenhum caso se deve considerar que reflitam a posição da Embaixada Britânica.

Para maiores informações página web: flegt.info

Resumo

Fórum:
Governança, Sistemas de Verificação
da Legalidade e Competitividade do
Setor Florestal na
América Latina

3 de outubro 2014
Quito - Ecuador





The Amazon rain forest. Loreto region, Peru. © Brent Stirton / Getty Images

INTRODUÇÃO

Por meio de uma colaboração estratégica, TRAFFIC, EU FLEGT Facility, Programa UE FAO FLEGT, Escritório Regional da UICN para o México, América Central e Caribe (ORMACC), Instituto Mundial de Recursos (WRI), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN Sul), Ministério do Meio ambiente do Equador e COMAFORS¹(Corporación de Manejo Forestal Sustentable) organizaram o Fórum: Governança, Sistemas de Verificação da Legalidade e Competitividade do Setor Florestal na América Latina.

O objetivo do Fórum foi facilitar a troca de experiências e lições aprendidas que, sem tentar alcançar consenso, serviram para informar sobre os processos de tomada de decisão que procuram fortalecer a institucionalidade e o clima de negócios, e que permitem um desenvolvimento florestal sustentável justo e equitativo na região.

Aproximadamente 140 representantes do setor público, privado, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e comunidades de povos indígenas de dez países da América Latina (México, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru), junto com representantes de países da União Europeia e Estados Unidos, mantiveram um diálogo aberto, sincero e construtivo sobre temas comuns como a governança, os sistemas de verificação da legalidade e a competitividade do setor florestal na região.

Considera-se que os temas discutidos no Fórum são essenciais para o desenvolvimento florestal na região. O desmatamento ilegal e o comércio associado prosperam onde a governança é fraca, e por sua vez, a fraca governança e o desmatamento ilegal obstaculizam a competitividade do setor florestal. Os sistemas de verificação da legalidade apoiam a governança e, quando são estabelecidos apropriadamente, apoiam a competitividade florestal. A competitividade legal do setor florestal é importante, porque um setor florestal competitivo atrai e retém o investimento a longo prazo para a gestão florestal. A gestão florestal sustentável a longo prazo mantém a cobertura florestal, o desempenho econômico, e ao mesmo tempo proporciona benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Durante três dias, os participantes do Fórum fizeram ou participaram de apresentações, discutiram as apresentações em grupos multissetoriais em mesas de trabalho e compartilharam suas experiências e conclusões. As apresentações e entrevistas com os participantes e apresentadores estão disponíveis no site www.flegt.info.

RESUMO DA REUNIÃO

O presente documento resume as principais ideias oriundas das mesas de trabalho, e as discussões realizadas durante o Fórum. O mesmo se divide em duas partes, a primeira apresenta dez mensagens-chave advindas do Fórum. Estas mensagens não representam o consenso dos participantes, mas sim um resumo das discussões. A segunda parte apresenta conclusões gerais dos organizadores. As mensagens-chave e as conclusões estão dirigidas aos responsáveis pelas decisões do setor público, privado e à sociedade civil.

¹ Todas estas entidades trabalham na região com temas relacionados à governança, verificação da Legalidade e competitividade florestal.

MENSAGENS-CHAVE

Apresentamos a seguir uma lista das mensagens-chave, posteriormente explicadas:

1. A boa governança florestal exige canais para criar, conhecer e transmitir claramente a informação necessária para definir o problema, compreender suas causas e encontrar soluções que orientem a tomada de decisão política.
2. É necessário que haja um quadro integrador que garanta a coerência de todas as políticas setoriais que afetam as florestas. Dito quadro deve incorporar a visão dos negócios florestais e contar com vontade política suficiente para impulsioná-lo.
3. É indispensável criar ou fortalecer instâncias que articulem ou coordenem o setor público, privado e a sociedade civil para o desenvolvimento de processos de diálogo a longo prazo, organizados em diferentes níveis (local, nacional e regional) para definir estratégias comuns, com responsabilidades diferenciadas e com processos de acompanhamento que garantam uma implementação apropriada da legalidade florestal no território.
4. As estratégias combate à ilegalidade têm mais probabilidade de êxito, se incluírem incentivos para a conservação das florestas e a produção legal de madeira.
5. É necessário focar melhor o controle florestal, repartindo-o por toda a cadeia de valor e dando maior ênfase às operações de compra de madeira ilegal.
6. Os sistemas de rastreabilidade eficientes, que criam confiança suficiente entre os diferentes interlocutores da cadeia de valor, permitem encaminhar os esforços de controle aos pontos de maior risco.
7. O monitoramento florestal independente aumenta a confiança dos interlocutores da cadeia de valor no sistema.
8. O crime organizado é uma ameaça importante para os esforços dos diferentes interlocutores (públicos, privado e sociedade civil) para fortalecer a governança florestal.
9. É necessário que cada país desenvolva medidas concretas para regular a comercialização de produtos florestais de origem ilegal.
10. A segurança jurídica e as garantias econômicas melhoram a competitividade do setor florestal dos países.



MENSAGEM

Buenaventura, Valle del Cauca, Colombia. © Proyecto Posicionamiento de la Gobernanza Forestal en Colombia

1

A boa governança florestal exige canais para criar, conhecer e transmitir claramente a informação necessária para definir o problema, compreender suas causas e encontrar soluções que orientem a tomada de decisão política.

A transparência das informações sobre a situação atual das florestas e as cadeias de valor cria confiança sobre a legalidade dos produtos florestais. Esta confiança é especialmente importante nos mercados que procuram eliminar a comercialização de produtos ilícitos.

Da mesma forma, é necessário produzir informações sobre a diferença dos custos de produção para um produtor que opera dentro do enquadramento jurídico, e os custos de produção para aqueles que operam fora do mesmo. Estas informações fortaleceriam a posição do setor florestal legal (em termos estratégicos, políticos, econômicos, sociais e ambientais) para alcançar a vontade política dos responsáveis pelas decisões, com o objetivo de melhorar a governança florestal.

Prevê-se que as perdas financeiras para os países, devido à ilegalidade, representam centenas de milhões de dólares. Contudo, não existem informações para alguns países, e para outros as informações estão desatualizadas. É importante preencher estas lacunas de informação e atualizar as informações permanentemente.

Ademais, as informações sobre as áreas de aproveitamento florestal em andamento, aprovadas pela autoridade ambiental, devem estar acessíveis para todos os interlocutores do setor florestal. A transparência da informação ajudaria os interlocutores locais, principalmente as comunidades, a determinar e monitorar a legalidade das atividades de extração desde o início da operação.

Do mesmo modo, o processo de definição das políticas florestais deve considerar as condições e o conhecimento local. As grandes extensões florestais encontram-se em mãos de populações indígenas ou afrodescendentes, o que exige políticas claramente diferenciadas.





MENSAGEM

Itacaré, Bahía, Brazil. © Michel Gunther / WWF-Canon

2

É necessário que haja um quadro integrador que garanta a coerência de todas as políticas setoriais que afetam as florestas. O quadro deveria incorporar a visão dos negócios florestais, e contar com suficiente vontade política para impulsioná-lo.

A conservação e o uso sustentável das florestas não podem ser alcançados com políticas públicas definidas unicamente para o setor florestal, mas com políticas que visam a gestão sustentável do território. É necessário tomar consciência dos impactos que outras políticas setoriais (ex. minas, hidrocarbonetos, agricultura, infraestrutura) têm sobre os sistemas de florestas, e abrir espaços interministeriais de diálogo em torno às decisões que se tomem sobre os mesmos.

Para que tais espaços funcionem, é necessário que haja vontade política das mais altas esferas do Estado, a partir de uma compreensão e valorização adequada da importância dos sistemas de florestas.



MENSAGEM

Labores de control a la movilización de madera, Risaralda, Colombia. © Proyecto Posicionamiento de la Gobernanza Forestal en Colombia

3

É indispensável criar ou fortalecer instâncias que articulem ou coordenem o setor público, privado e a sociedade civil para o desenvolvimento de processos de diálogo a longo prazo, organizados em diferentes níveis (local, nacional e regional) para definir estratégias comuns, com responsabilidades diferenciadas e com processos de acompanhamento que garantam uma implementação apropriada da legalidade florestal no território.

A complexidade da ilegalidade exige que os processos de governança sejam flexíveis, e que se adaptem às circunstâncias que se apresentem, repartindo as funções que cada setor deve desempenhar. Para que isso aconteça, é necessário estabelecer diálogos multissetoriais para encontrar soluções e coordenar interesses que visem alcançar reformas que garantam o bem público, sem comprometer a competitividade do setor florestal.

Estes processos de diálogo e coordenação terão êxitos se i) contarem com um suporte metodológico apropriado para facilitar um diálogo efetivo e eficiente, e para resolver os potenciais conflitos; ii) se os recursos financeiros e humanos adequados para a dimensão da tarefa forem alocados, levando em consideração que estas são iniciativas intensivas e de longa duração; iii) se as instituições que os organizam derem continuidade, mantiverem os cargos dos técnicos que as dirigem, e criarem confiança por meio da implementação efetiva no terreno das decisões que forem tomadas.

É importante construir processos de diálogo e coordenação, que articulem os espaços de governança local próximos às florestas com as instâncias nacionais de tomada de decisão. Durante a realização deste esforço, para incentivar a participação de interlocutores informais e ilegais que ainda não estão presentes nas mesas de diálogo, será necessário aceitar que a transição da ilegalidade à legalidade será gradativa, e que precisará ser inclusiva para não abordar os interlocutores ilegais baseando-se apenas na fiscalização e controle.



MENSAGEM

Measuring trees in a well managed forest in Panama © Miguel Armando Pacheco / WWF-Colombia

4

As estratégias de combate à ilegalidade têm mais probabilidades de sucesso se forem combinadas com incentivos para a conservação da floresta e a produção legal de madeira.

Combater a ilegalidade exclusivamente por meio do controle e punição não funciona. A atenção dos organismos de controle costuma concentra-se nos interlocutores legais da cadeia. Ao mesmo tempo, os interlocutores legais assumem os custos adicionais de produção e transação ao tentar cumprir com vários requisitos legais. Ademais, geralmente os recursos para o controle não são suficientes, e o sistema termina ignorando os interlocutores ilegais da cadeia. Isso costuma ter como consequência uma concorrência desleal entre produtos legais e ilegais, que funciona como um incentivo perverso, atraindo os produtores legais à ilegalidade e desmotivando os ilegais a obedecer a lei. Um dos maiores desafios no combate à ilegalidade é inverter a realidade de que os que apostam na legalidade perdem.

As estratégias de combate à ilegalidade devem criar condições que permitam que o cumprimento com os requisitos legais seja uma boa relação custo-benefício, e que elimine barreiras à competitividade do setor. Recomenda-se estabelecer incentivos à legalidade que incluam, entre outros: a redução dos custos de transação mediante a simplificação de trâmites ou a eliminação de requisitos legais desnecessários; trâmites tributários mais ágeis; assistência técnica para o desenvolvimento florestal e o fortalecimento de capacidades das organizações mais informais (principalmente de pequenos produtores); financiamento para a conservação ou restauração florestal; estabelecimento de políticas de compra responsáveis que favoreçam os produtos de origem legal.



MENSAGEM

Measuring trees in a well managed forest in Panama © Miguel Armando Pacheco / WWF-Colombia

5

É necessário focar melhor o controle florestal, repartindo-o ao longo da cadeia de valor e dando maior ênfase às operações de compra de madeira ilegal.

Quanto mais fraca for a governança, mais fácil será cair em círculos viciosos de ineficiência, ilegalidade e falta de recursos, o que torna o setor produtivo legal ainda mais oneroso. De forma inversa, à medida que se fortalece a governança, é possível transformar gradativamente o círculo vicioso num círculo virtuoso. Se as regras forem iguais para todos, e se sanções exemplares forem aplicadas para os que não as cumprem, isso desencorajará os outros a agir de forma ilegal. Os interlocutores legais gerarão renda para o Estado (por meio do pagamento de impostos) e haverá recursos para contratar mais pessoal para realizar o controle. Existem sinais de que a região caminha nessa direção, e essa tendência deve ser apoiada e impulsionada.

A verificação da legalidade deve ser fortalecida. Contudo, a legislação e os esforços de controle parecem concentrar-se principalmente na primeira parte da cadeia de valor e em detrimento da atenção aos mercados, ou seja, não se tenta exercer o controle sobre a procura de madeira ilegal. Se não houvesse demanda de madeira ilegal, não haveria produção ilegal, e os produtores não correriam os riscos que correm para introduzir a madeira ilegal nos mercados. A procura de madeira legal fará pressão na cadeia de valor para que se produza madeira legal. Desta forma, convém começar a desenvolver estratégias de controle efetivo sobre os compradores de madeira ilegal.

A corrupção é evidente em vários interlocutores ao longo da cadeia de valor, e é necessário penalizar tanto o corruptor quanto o corrompido. Para conseguir isso, em vez de criar mais normas, propõe-se que as fiscalizações no terreno aconteçam ao longo da cadeia, para comprovar assim que os volumes se ajustam do início dos trabalhos de aproveitamento à entrega ao consumidor final.

Deve haver transparência ao longo da cadeia de valor, para que as irregularidades apresentadas possam ser conhecidas por todos os interlocutores da mesma, e para que possa haver um controle social efetivo e a ação de todos contra a ilegalidade.

O órgão fiscalizador deve comunicar pública e imediatamente à comunidade o nome das empresas que cometem irregularidades, para que tais empresas não continuem enganando os compradores com documentos fraudulentos e para que, por outro lado, o controle social seja efetivo e para que haja uma ação de todos.



MENSAGEM

Labores de control a la movilización de madera, Risaralda, Colombia. © Proyecto Posicionamiento de la Gobernanza Forestal en Colombia

6

Os sistemas de rastreabilidade eficientes, que criam suficiente confiança entre os diversos interlocutores da cadeia, permitem encaminhar os esforços de controle aos pontos de maior risco.

A eficácia de um sistema de rastreabilidade dependerá da confiança que ele possa criar nos interlocutores da cadeia de valor. Um sistema será confiável quando for integral, com um enquadramento jurídico claro, que englobe todas fases da cadeia, identificando todos os interlocutores e as funções que desempenham, reduzindo ao máximo as lacunas através das quais poderia haver lavagem de madeira ilegal. O sistema de rastreabilidade deve ser suficientemente flexível para englobar tanto o aproveitamento de florestas e plantações em grande escala quanto o que é realizado em nível comunitário, inclusive a madeira destinada à lenha ou construção.

O sistema de rastreabilidade deve incluir um banco de dados com informações cuja credibilidade seja incontestável, e que esteja ao alcance dos interlocutores da cadeia de valor em tempo real, reduzindo as margens de discricionariedade técnica nos processos e a corrupção. O sistema poderia prever também a inclusão de plantações com fins produtivos inscritas e legais, que tenham um inventário registrado inicial, mediante o qual se possa ir descontando à medida que se registra seu aproveitamento e comercialização.

Os sistemas de rastreabilidade também devem ser eficientes. É importante identificar bem os custos de implementação ao longo de cada fase da cadeia de valor, e identificar quem assumirá os custos atuais e futuros, com um critério de equidade, segundo a realidade de cada país. Se o custo de implementação dos sistemas de rastreabilidade e controle tiver que ser assumido por apenas um dos interlocutores da cadeia de valor, e for igual ou maior que a sua utilidade esperada, o sistema prejudicará sua competitividade e favorecerá ao ilegal, cujo custo é baixo e a margem de lucro muito alta.

Os principais custos dos sistemas de rastreabilidade variam de país a país, segundo o nível de desenvolvimento dos seus sistemas florestais. Embora em alguns países os desafios podem ser bastantes específicos (como por exemplo, os altos custos que implica o controle da madeira serrada, apenas em termos de capacitação de pessoal), em outros casos as limitações tecnológicas ou de infraestrutura básica não permitem contar com um sistema de rastreabilidade confiável e economicamente viável. O nível de detalhe da rastreabilidade deve ser proporcional ao tamanho da operação, para que os pequenos produtores possam aceder à legalidade, sem que isso implique aceitar a necessidade de imposições muito onerosas para as maiores operações.

É necessário também uma maior capacitação para os usuários da floresta em aspectos normativos, técnicos e operativos dos sistemas de rastreabilidade.



MENSAGEM

Mahogany (*Swietenia macrophylla*); Bolívia © André Bärtschi / WWF-Canon

7

O monitoramento florestal independente aumenta a confiança dos interlocutores da cadeia de valor no sistema.

As instituições governamentais, ONGs, comunidades e o setor privado podem formalizar convênios de apoio mútuo, com funções devidamente definidas que contribuam, fortaleçam e complementem a função das autoridades, aproveitando de forma transparente e eficiente as sinergias que possam ser identificadas. Por sua vez, os sistemas governamentais podem aproveitar os padrões dos sistemas independentes para produtos que não podem alcançar uma certificação (devido ao seu tamanho, nível de investimento, etc.) e que exijam demonstrar aspectos de origem.

No entanto, ainda se discute como estabelecer a legitimidade do órgão que realizará o monitoramento independente, a quem responderá, como será garantido o financiamento sustentável para sua operação, sem depender de fundos da cooperação internacional que condicionem a competitividade do setor.



MENSAGEM

Madre de Dios, Peru ©André Bärtschi / WWF-Canon

8

O crime organizado é uma ameaça importante para os esforços dos diferentes interlocutores (públicos, privado e sociedade civil) para fortalecer a governança florestal.

Reconhece-se o poder das máfias do crime organizado que exercem controles territoriais cada vez mais fortes, e mobilizam recursos econômicos que ultrapassam as capacidades do setor público, privado e a sociedade civil. Conscientes desta situação, convém perguntar o que pode ser feito a partir deste setor para apoiar os que tentam fazer as coisas da melhor maneira possível para manter-se dentro do sistema.



MENSAGEM

Paragominas, Pará, Brazil © Juan Pratginestos / WWF-Canon

9

É necessário que cada país desenvolva medidas concretas para regular a comercialização de produtos florestais de origem ilegal.

O mercado mundial da madeira está mudando. As medidas tomadas pelos grandes compradores, no que se refere à legalidade dos produtos, são cada vez mais exigentes. Os países da região devem responder a essa nova procura por produtos legais, identificando e implementando medidas necessárias para verificar e demonstrar a origem e legalidade dos produtos que comercializam.

Por outro lado, os produtos de origem ilegal importados nos países representam uma concorrência desleal para os produtores legais nacionais. Os países da região poderiam desenvolver ou implementar legislações semelhantes à lei Lacey dos Estados Unidos ou o Regulamento da Madeira da União Europeia, para regular a comercialização (importações e exportações) de produtos madeireiros de origem ilegal.



MENSAGEM

Planta ENDESA-BOTROSA. Ecuador

10

A segurança jurídica e as garantias econômicas melhoram a competitividade do setor florestal dos países.

A legislação e sua normativa florestal, em muitos casos, orienta-se a alcançar um bom equilíbrio entre a conservação das florestas, a proteção dos direitos de grupos humanos associados à atividade florestal, manter a competitividade das empresas florestais e melhorar o clima de negócios e investimentos do setor florestal. Desta forma, a regulação do manejo florestal sustentável deve proporcionar parâmetros que garantam a integridade ecológica do ecossistema, e que minimizem o impacto ambiental das atividades de aproveitamento, porém sem eliminar as possibilidades de inovação tecnológica.

No que se refere à competitividade, a legislação e sua normativa devem oferecer segurança jurídica e uma redução do risco dos negócios florestais, assim como promover também o consumo de madeira legal por meio de campanhas, acordos sociais e políticas de compra pública, como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que permita aumentar o valor das florestas, deslocar materiais de alta pegada ambiental, gerar co-benefícios importantes nas zonas rurais e melhorar o investimento direto nos negócios florestais. Ademais, deve-se aumentar o controle das atividades ilegais para elevar o risco de ser apanhado na ilegalidade e os custos das suas operações, assim como o desincentivo de tais práticas.

Assim como foram definidas salvaguardas ambientais e sociais para as questões de legalidade florestal, é necessário definir garantias econômicas para proteger a competitividade dos negócios florestais legais. É necessário que haja garantias econômicas na formulação de normativas que não aumentem os custos de transação e os tempos dos procedimentos além dos níveis que comprometam a rentabilidade dos negócios florestais. Cada regulação e normativa proposta deve esclarecer qual vai ser o custo para as empresas florestais legais, e como isso vai afetar sua competitividade e rentabilidade.

CONCLUSÕES

O sucesso do foro foi garantido, principalmente por ter conseguido criar um espaço de diálogo franco e construtivo entre os setores e países que não costumam sentar-se à mesma mesa. Comprova-se isso pelo fato de que a grande maioria dos participantes pediu que se organizasse regularmente (talvez duas vezes por ano) um evento semelhante, para continuar compartilhando e enriquecendo-se com as experiências da região.

Apesar do grande número de participantes, poder trocar experiências durante 3 dias (4 dias para os que participaram da visita de campo) foi muito útil para os participantes. Alguns representantes mencionaram as poucas oportunidades existentes para trocar experiências sobre os mesmos tópicos compartilhados com interlocutores de outros países.

Devido ao número de participantes nas discussões das mesas de trabalho (25-30 pessoas por mesa) não foi possível aprofundar em mais detalhes; o que não significa que o trabalho em grupo foi inútil. De modo geral, compartilha-se os seguintes aspectos.

- A grande maioria dos participantes (de todos os países e todos os setores) percebeu que estava compartilhando problemas e desafios semelhantes com outros países e outros setores (públicos, privado e sociedade civil). Percebeu-se também que existem esforços interessantes para melhorar a governança em outros países, dos quais se poderiam tirar algumas lições. Foram realizadas trocas e pedidos para trabalhos futuros entre os países.
- Todos os participantes falam de “madeira legal”, porém não houve maior discussão sobre o que implica este conceito. Para quase todos, “madeira legal” é a madeira que cumpre com a lei florestal. Supomos que o cumprimento da lei, seu controle e verificação, é o único que deve ser respeitado, deixando de lado as normas fiscais, trabalhistas, sociais, ambientais, e de forma geral outras normas diferentes às normas florestais que também contribuem como um todo à legalidade.
- No que se refere à verificação, rastreabilidade, controle, monitoramento florestal, etc. percebeu-se claramente que a compreensão sobre o que estes assuntos implicam poderia ser muito diferente entre os setores, países e entre os setores do mesmo país. Não estamos falando de pequenas diferenças. Por exemplo, várias pessoas supõem que rastreabilidade é igual ao controle e verificação. Neste sentido, é importante que todos os representantes dos diferentes setores dentro de um mesmo país e dentro dos diferentes países tenham uma similar compreensão, para poder abrir possibilidades a futuras trocas efetivas.
- Embora seja verdadeiro que os representantes do setor público, privado, civil e as comunidades de povos indígenas dialogam entre si, parece que os mesmos correm o risco de não compartilhar nada substancial nestes diálogos. Parece que cada setor fica no seu canto, reclamando da má governança. Embora muitos deles compartilham problemas semelhantes, não há muito diálogo para chegar a um consenso. Por exemplo, um diálogo focado na “madeira legal” (ou outro) criaria trocas muito úteis para que os setores se conheçam e se entendam melhor.



- Conforme mencionado anteriormente, independentemente dos países, os setores públicos e privados tendem a ter discursos semelhantes, entre os que se destacam:
 - Os representantes de governo falam de controle e verificação, e de que “a lei é a lei”. Quando mencionam um problema do setor, é muito comum que se responda em termos gerais, como por exemplo “criemos uma nova lei” ou “estabeleçamos um controle adicional”.
 - Os representantes do setor privado mencionam que é preciso simplificar tudo, e que o governo deve focar em controlar o ilegal, em vez de concentrar-se apenas no que é legal. Ambos têm razão, mas é necessário propor soluções práticas para que os governos mudem. É fácil dizer “é preciso”.
 - É interessante ver que os representantes do setor público e privado falam entre si, mas parece que não chegam a um acordo contundente para melhorar. É como se cada um estivesse apenas repetindo seus argumentos sobre os argumentos do outro.
 - Embora a sociedade civil faça propostas construtivas, estas propostas nem sempre conseguem alinhar todos os interlocutores. Ou apoiam o governo em temas de controle e verificação e discordam com o setor privado, ou discordam com o governo em temas de transparência. É necessário que haja um papel criativo para entender os novos desafios e não cair em papéis convencionais.
- Foi mencionado em várias oportunidades a necessidade de criar medidas para incidir sobre a procura, assim como políticas públicas de compra.
- O setor privado (grande e pequeno) manifestou de forma contundente que o excesso de trâmites é um grande problema para a região. Em quase todos os países isso é um sentimento compartilhado. No entanto, quando perguntamos em que medida se deve simplificar um trâmite, como pode ser feito e com que participação, não há respostas muito claras. Poderia ser útil criar um diálogo entre o setor privado e o restante dos interlocutores, para começar a definir como os trâmites poderiam ser simplificados, ou seja, para ver quem decidiria o que simplificar e em que base se definiriam os critérios.
- Apesar de que para os participantes o setor florestal é o mais importante, os grandes problemas de governança e desmatamento advêm de outras atividades alheias à atividade propriamente florestal, tais como as minas, a pecuária ou a agricultura. Por esse motivo, é necessário e urgente que o setor florestal se posicione politicamente, se quiser ter um maior impacto. Isso, por sua vez, exige que os diferentes interlocutores unam suas mensagens e esforços.

TRAFFIC, a rede de monitoramento de comércio e vida silvestre, é a organização não governamental líder que trabalha a nível mundial no tema de comércio de animais e plantas silvestres no contexto tanto da conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Para maiores informações contatar:

**TRAFFIC
Headquarters Office**

219a Huntingdon Rd
Cambridge CB3 0DL
UK
Tel: +44 1223 277427
Fax: +44 1223 277237
Email: traffic@traffic.org
Website: www.traffic.org

**TRAFFIC
Oficina regional América del Sur**

Calle Quiteño Libre E15-12 y La Cumbre,
Sector Bellavista
Quito, Ecuador
+593 2 226 10 75 Ext.38
+593 2 226 10 75 Ext.99
website: www.traffic.org

TRAFFIC

the wildlife trade monitoring network

is a strategic alliance of

